

“Déficit não fugiu ao controle”

Brasília - Josemar Gonçalves

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que está “empenhado a fundo nas reformas” porque só com elas o país voltará a crescer a taxas de 6% a 7%. Fernando Henrique descartou a hipótese do governo produzir um novo pacote de medidas para reduzir o déficit público e assegurou que o déficit fiscal não fugiu ao seu controle. “Nós estamos controlando. Temos mecanismos, vamos atuar e não há o menor risco”, disse o presidente, durante entrevista coletiva nos jardins do Palácio da Alvorada.

“Medidas o governo toma todos os dias e vai continuar tomando”, afirmou. Dinheiro para questões emergenciais, como a de socorro às vítimas da seca no Nordeste, o governo continuará liberando. “Mas soltar recursos porque é ano eleitoral, não”, disse o presidente.

Fernando Henrique atribuiu à previdência social e aos juros, que ele teve que dobrar no auge da crise asiática, em outubro do ano passado, a piora nos resultados das contas do governo, cujo déficit em fevereiro aumentou para 6,53% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R\$ 58,6 bilhões. O governo elevou as taxas de juros básicas a 42% ao ano e preparou um pacote fiscal para enfrentar a crise. “Se não tivéssemos tomado as medidas que tomei em outubro...olha a Indonésia como está hoje”.

Preço - O pacote fiscal editado logo em seguida foi feito exatamente para tentar neutralizar o agravamento dos gastos com pagamento de juros, que só começarão a diminuir a partir de setembro. “Aqui, aumentamos os juros para 42%. Na Rússia eles vão aumentar mais do que isso”, comentou Fernando Henrique pouco depois da Rússia elevar as taxas para 150% ao ano. “Eu pago um preço por essas dificuldades, mas pago com a consciência tranqüila, porque o Brasil não perdeu o rumo”. Hoje, citou, o país tem mais de US\$ 70 bilhões em reservas cambiais, cifra superior aos cerca de US\$ 60 bilhões que dispunha antes da crise de outubro passado.

O presidente fez questão de deixar claro que “o governo vai trabalhar firmemente o tempo todo para reduzir o déficit público” e admitiu que só a partir de um equacionamento nessa área a estabilidade será sólida. Mas restringiu suas ações à defesa das reformas. Sobre a previdência social. “Quero deixar claro que se tivéssemos aprovado a reforma da previdência no ano passado, neste ano o déficit seria R\$ 4 bilhões menor”, assinalou, lembrando que essa reforma tramita há três anos no Congresso Nacional.

Injustiça - Para quantificar o tamanho do problema da seguridade social, o presidente citou alguns dados: o governo gasta R\$ 19 bilhões por ano com os cerca de 700 mil aposentado do setor público federal. Desses, apenas R\$ 2 bilhões são financiados com as contribuições dos funcionários públicos. “Os R\$ 17 bilhões restantes é o povo quem paga”, disse. O gasto com aposentados da União equivale a todo o orçamento do ministério da Saúde. “É justo isso?”, indagou o presidente, defendendo o estabelecimento de uma idade mínima de aposentadoria.

Fernando Henrique não vê razão para imaginar que o Brasil será a “bola da vez” de um ataque especulativo contra a moeda. “Eu prefiro não entrar nessa cogitação. O Brasil tem que acabar com essa mania de ser a bola da vez. O próprio Brasil inventa isso. Nós gostamos tanto de futebol que de repente confundimos. Isso aqui não é bola não. É um país que pensa, que atua, que reage e assim vai ser”, comentou.

O presidente insistiu na necessidade da aprovação das reformas da previdência social e da ordem tributária (cujo projeto do Executivo encontra-se ainda no Palácio do Planalto) como instrumentos indispensáveis para redução dos juros e de aumento da produtividade da economia, respectivamente. E defendeu a proposta de uma mini-constituente, nos termos sugeridos pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) como um caminho para acelerar a aprovação das reformas tributária e política.



Fernando Henrique disse que se o governo não tivesse preparado pacote para enfrentar a crise asiática, país poderia estar como a Indonésia